

24 - 11 | 2024

CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS MPMEs NA PROVÍNCIA DO NAMIBE

Contributions of Government Policies to the Development of MSMEs in the Namibe Province

Contribuciones de las Políticas Gubernamentales al Desarrollo de las MIPYMES en la Provincia de Namibe

João de Sousa Kassinda¹, António Sebastião Kanica Queta², Silvério Capenda Dungula Tchinkhuva³, Bernardo Kuzissa Afonso⁴

¹Universidade do Namibe, Angola, <https://orcid.org/0009-0005-2106-6492>, joaodesousa1027@gmail.com.

²Universidade do Namibe, Angola, <https://orcid.org/0009-0007-4089-9419>, antonioqueta93@gmail.com.

³Universidade do Namibe, Angola, silverioalleluya@gmail.com.

⁴Universidade do Namibe, Angola, <https://orcid.org/0009-0008-2332-1620>, bernardo.afonso@uninbe.ao.

Autor para correspondência: joaodesousa1027@gmail.com

Data de recepção: 03-09-2024

Data de aceitação: 13-11-2024

Como citar este artigo: de Sousa, J., Kanica, A. S., Dungula, S. C., & Kuzissa, B. (2024). Contribuições das políticas governamentais para o desenvolvimento das MPMEs na Província do Namibe. *ALBA – ISFIC Research and Science Journal*, 1(5), pp. 33-41. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/7>.

RESUMO

Este estudo analisa as contribuições das políticas governamentais para o desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) na província do Namibe. Através de uma abordagem qualitativa, baseada na revisão da literatura e na análise de dados do Instituto Nacional de Apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), são examinadas as políticas governamentais e a situação actual das MPMEs locais. Os resultados destacam a predominância das micro empresas na economia local, bem como a sua distribuição por sector de actividade económica, com ênfase no comércio e prestação de serviços. Além disso, são identificados os apoios institucionais oferecidos pelo INAPEM, incluindo financiamento, consultoria e capacitação empresarial. Conclui-se que o envolvimento do governo e a implementação de políticas de estímulo económico são

fundamentais para promover o crescimento sustentável das MPMEs, diversificar a economia local e contribuir para o desenvolvimento económico e social da província e do país como um todo.

Palavras-Chave: MPMEs, Estímulo económico, Desenvolvimento económico, Políticas governamentais.

ABSTRACT

This study analyzes the contributions of government policies to the development of Micro, Small, and Medium Enterprises (MSMEs) in the Namibe province. Through a qualitative approach, based on a literature review and data analysis from the National Institute for Support to Micro, Small, and Medium Enterprises (INAPEM), government policies and the current situation of local MSMEs are examined. The results highlight the predominance of micro-enterprises in the local economy, as well as their distribution by

economic sector, with an emphasis on trade and service provision. Additionally, the institutional support provided by INAPEM is identified, including financing, consulting, and business training. It is concluded that government involvement and the implementation of economic stimulus policies are crucial to promoting the sustainable growth of MSMEs, diversifying the local economy, and contributing to the economic and social development of the province and the country as a whole.

Keywords: MSMEs, Economic stimulus, Economic development, Government policies.

RESUMEN

Este estudio analiza las contribuciones de las políticas gubernamentales al desarrollo de las Micro, Pequeñas y Medianas Empresas (MIPYMES) en la provincia de Namibe. A través de un enfoque cualitativo, basado en la revisión de la literatura y en el análisis de datos del Instituto Nacional de Apoyo a las Micros, Pequeñas y Medianas Empresas (INAPEM), se examinan las políticas gubernamentales y la situación actual de las MIPYMES locales. Los resultados destacan la predominancia de las microempresas en la economía local, así como su distribución por sector de actividad económica, con énfasis en el comercio y la prestación de servicios. Además, se identifican los apoyos institucionales ofrecidos por INAPEM, que incluyen financiamiento, consultoría y capacitación empresarial. Se concluye que la participación del gobierno y la implementación de políticas de estímulo económico son fundamentales para promover el crecimiento sostenible de las MIPYMES, diversificar la economía local y contribuir al desarrollo económico y social de la provincia y del país en su conjunto.

Palabras clave: MIPYMES, Estímulo económico, Desarrollo económico, Políticas gubernamentales.

INTRODUÇÃO

O estímulo económico é de extrema importância para o crescimento e

desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas na província do Namibe, em Angola. O envolvimento do governo na promoção dessas empresas tem o potencial de contribuição para o desempenho das mesmas, contribuindo assim para o crescimento económico nacional. Isso se reflete no aumento do Produto Interno Bruto, na geração de empregos e no aumento das exportações não relacionadas ao petróleo (Jotwani & Singh, 2016). Neste artigo, exploramos as políticas e estratégias de intervenção governamental para promover o crescimento sustentável das MPMEs no Namibe.

Antes de elaborar políticas de estímulo económico, é crucial compreender a situação actual das Micro, Pequenas e Médias Empresas na província do Namibe. Uma análise abrangente das principais dificuldades enfrentadas por essas empresas, como acesso a financiamento, infraestrutura, capacitação e inserção em cadeias de valor, é fundamental para direcionar as dificuldades do governo de forma eficaz. De acordo com Kassinda (2024), além disso, é importante considerar o impacto da actual conjuntura económica e as especificidades do contexto local, incluindo as vantagens competitivas da província e as oportunidades de mercado que podem ser aproveitadas pelas MPMEs. Esta análise detalhada serve-nos como ponto de partida para a elaboração de políticas específicas e estratégias de intervenção que atendam às necessidades reais das empresas na região.

O presente estudo, tem como objectivo “analisar as contribuições das políticas governamentais para o desenvolvimento MPMEs na província do Namibe. Na medida em que percebe-se de facto que uma intervenção governamental, por meio de políticas de estímulo económico e promoção de um ambiente de negócios favorável é crucial para o fortalecimento e crescimento sustentável das MPMEs no Namibe. Ao implementar e monitorar de perto essas políticas, o governo poderá criar um ambiente propício para o florescimento das empresas locais, contribuindo significativamente para o

desenvolvimento económico e social da província e do país como um todo.

Enquadramento teórico

Definições e conceitos

Hessels e Parker (2013), afirmam que não existe consenso quanto ao conceito de micro, pequenas e médias empresas, contudo, a definição varia em função do número de funcionários e do financiamento fixado pelo Estado.

As MPMEs, são aquelas que geralmente empregam de 10 a 200 funcionários. Elas são

amplamente reconhecidas como fundamentais para a economia de países desenvolvidos e subdesenvolvimento, impulsionando a criação de empregos e o aumento do rendimento.

As Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) podem ser classificadas com base na Lei n.º 30/11, de 13 de Setembro, que estabelece dois critérios distintos: o número de trabalhadores e o volume total de facturação anual. A lei prevê que, em caso de ambiguidade, o volume de facturação anual prevalece como critério principal para a classificação das empresas.

Tabela 1: Tipologia das Micro Pequenas e Médias Empresas

Tipologia	Nº de trabalhadores	Facturação Bruta (Em USD)
Micro Empresas (ME)	Empregam até dez 10 trabalhadores	Montante não superior a 250 mil USD, (equivalente AKZ)
Pequenas Empresas (PE)	Empregam de dez 10 ate 100 trabalhadores	Montante superior a 250 mil USD, inferior a 3 milhões, (equivalente AKZ)
Médias Empresas (ME)	Empreguem mais de 100 e até 200 trabalhadores	Montante superior a 3 milhões de USD e igual ou inferior a 10 milhões de USD, (equivalente AKZ).

Fonte: Elaboração pelos autores com base na Lei n.º 30/11, de 13 de Setembro.

As MPMEs geralmente começam como empresas individuais, onde o fundador assume múltiplas funções, desde administração financeira até gestão de recursos humanos e captação de financiamento. Isso pode dificultar o planeamento e avaliação adequados do negócio (Júnior & Pisa, 2010).

Âmbito das políticas de apoio às MPMEs

Para Lazio (2015), as MPMEs são cruciais para a sustentabilidade económica e a recuperação do emprego devido ao seu capital humano activo. Isso implica na necessidade de o Estado criar políticas e mecanismos que melhorem o ambiente económico e social dessas empresas, integrando incentivos fiscais e financeiros, organizacionais e programas de capacitação tecnológica e inovação.

De acordo com a Lei n.º 30/11, de 13 de Setembro (Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas), no seu artigo n.ºs 11º, 13º e 18º, os

apoios institucionais destinados as MPME podem assumir os seguintes formatos:

- Criar linhas de crédito: bonificadas políticas de leasing ou quaisquer outros mecanismos financeiros que lhes facilitem a afirmação na economia das empresas de capital angolano igual ou superior a 75% e enquadradas no sistema das MPMEs.
- Constituição, registo e licenciamento de MPMEs: o executivo deve proceder à implementação de um sistema simplificado de formalidades de procedimentos para constituição e de licenciamento da sua actividade.
- Medidas de apoio fiscal e financeiro: simplificação dos actos e procedimentos de tributação; disponibilização de programas dirigidos ao financiamento das MPMEs através de linhas de crédito com juros bonificados, a serem disponibilizadas pelas instituições financeiras bancárias.

Ainda no âmbito da dinamização do crescimento e desenvolvimento as MPMEs, o governo angolano criou importantes instrumentos de apoios institucionais com objectivos distintos:

O Guiché Único da Empresa (GUE): Instituído em 2023 como um serviço público especial, tem como missão principal agilizar os procedimentos relacionados à constituição, alteração, extinção e outros actos pertinentes às sociedades comerciais, comerciantes individuais e cooperativas. Sob tutela do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, o GUE concede informações necessárias, apoio jurídico, emite certificados de admissibilidade, realiza cadastramentos fiscais, escrituras públicas, inscrições na segurança social, publicações legais, emissão de alvarás comerciais e cobrança de taxas. Com mais de 91.116 constituições processadas entre 2020 e 2023, o GUE se destaca como um agente facilitador essencial para o ambiente empresarial, promovendo eficiência e transparência nos processos empresariais.

INAPEM: Vinculado ao extinto Ministério da Economia e Planeamento, desempenha um papel crucial no apoio e desenvolvimento do sector empresarial angolano. Responsável pela certificação e classificação das MPMEs, o INAPEM oferece uma variedade de serviços, desde certificação e acesso a financiamento até consultoria e capacitação empresarial. Além disso, promove a formalização da actividade económica e incentiva a preferência por produtos e serviços “Feitos em Angola”, contribuindo assim para o crescimento e fortalecimento do tecido empresarial nacional. Com mais de 41.339 empresas certificadas em todo o país, o INAPEM desempenha um papel essencial na promoção de políticas e iniciativas que visam remover obstáculos ao desenvolvimento das MPMEs, estimulando a inovação, fortalecendo as competências de gestão e promovendo a integração e colaboração entre empresas de diferentes portes. As empresas certificadas pelo INAPEM gozam dos seguintes prerrogativas, conforme se pode observar abaixo:

Benefícios fiscais:

- Redução do imposto industrial até 50%.
- Redução de 2% (II) sobre as vendas brutas para as microempresas.
- Benefícios que variam de 10% até 50% para pequenas e médias empresas.
- Isenção de encargos e emolumentos no acto do aumento do capital social.
- Isenção de pagamento do imposto do selo para às micro empresas.

Apoio institucionais:

- Incentivos diretos na aquisição de bens e serviços às MPMEs, sendo que as entidades públicas devem reservar um mínimo de 25% do seu orçamento destinados às MPMEs, relativa a aquisição de bens e serviços.
- Prazos de recebimentos melhorados - máximo de 45 dias de prazos de pagamentos por parte de entidades públicas, contados da data da recepção das facturas.
- Tratamento preferencial em procedimentos concursais – com 10% do valor dos contractos de bens e serviços entre entidades públicas e grandes empresas ficam reservados às MPME's.
- Definido o mínimo de 25% do valor dos contractos para realização de obras públicas deve ser realizado por MPMEs.
- Preferência para MPMEs em caso de empate em concurso públicos e de subcontratação.

FGC: O Fundo de Garantia de Crédito, instituído em 2012 e sob a supervisão do Titular do Departamento Ministerial responsável pelas Finanças Públicas, desempenha um papel fundamental no acesso ao crédito bancário para MPMEs e empreendedores individuais em Angola. Actuando como contragarante nas operações financeiras, o FGC emite garantias públicas

para respaldar empréstimos concedidos por instituições financeiras, proporcionando segurança aos credores e incentivando o financiamento para actividades empresariais. Com produtos como o Garantia de Apoio à Produção (GAP) e o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (PDAC), o FGC contribui para o desenvolvimento económico ao facilitar o

acesso ao crédito e promover iniciativas estratégicas, como o fomento da produção e a inclusão de mulheres e jovens nas áreas rurais. Através da sua actuação, o FGC desempenha um papel crucial no impulsionamento do sector empresarial e na promoção do crescimento económico sustentável em Angola.

Tabela 2: Benefícios fiscais para MPMEs de acordo a divisão do território em 4 zonas

Lei n.º 8/22, de 14 de Abril			
Províncias			
Zona A (10%)	Zona B (20%)	Zona C (35%)	Zona D (50%)
Províncias de Luanda e os Municípios sede das Províncias de Benguela, Huíla e o Município do Lobito.	Províncias do Bié, Bengo, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Huambo, Namibe e os restantes Municípios das Províncias de Benguela e da Huíla.	Província do Cuando Cubango, Cunene, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Moxico, Uíge e Zaire	Província de Cabinda.

Fonte: Elaboração pelos autores com base na Lei n.º 8/22, de 14 de Abril, que aprova o Código dos Benefícios Fiscais (CBF 2022).

Os incentivos fiscais são ferramentas dinâmicas que visam motivar os contribuintes, impulsionando investimentos e promovendo políticas económicas e sociais do Estado. Estes benefícios são adaptados ao ciclo económico e ao sector em questão, moldando-se para atender a diferentes objectivos, como fomentar o investimento produtivo, incentivar a poupança, estimular a criação de empregos e promover o crescimento económico. Assim, a política fiscal desempenha um papel amplo na economia, influenciando diversas áreas e contribuindo para o desenvolvimento sustentável e equilibrado (Tchikete, 2017).

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo é de natureza qualitativa, com foco na compreensão e análise detalhada das políticas governamentais e da situação actual das MPMEs na província do Namibe. A pesquisa envolve revisão da literatura para embasar as discussões teóricas e análise dos dados disponíveis sobre as MPMEs na província.

A metodologia utilizada no estudo enquadra-se numa combinação de revisão da literatura e análise de dados. A pesquisa segue as seguintes etapas: (i) Revisão da literatura: Inicia com uma revisão da literatura existente sobre o papel das MPMEs, políticas de estímulo económico e contexto económico local, para embasar as discussões teóricas; (ii) Análise da situação actual: Realiza uma análise detalhada da situação actual das MPMEs na província do Namibe, utilizando dados disponíveis sobre distribuição por porte, sector de actividade económica e apoios institucionais concedidos pelo INAPEM e outras fontes.

Quanto aos métodos e técnicas utilizados, destacam-se: Revisão da literatura: A pesquisa começa com uma revisão da literatura existente sobre o papel das MPMEs, políticas de estímulo económico e contexto económico local. Análise de dados: Utilização de dados fornecidos pelo INAPEM e outras fontes para analisar a situação actual das MPMEs na província do Namibe. Análise qualitativa: Análise qualitativa dos dados e informações colectados para identificar tendências, padrões e desafios enfrentados pelas MPMEs.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

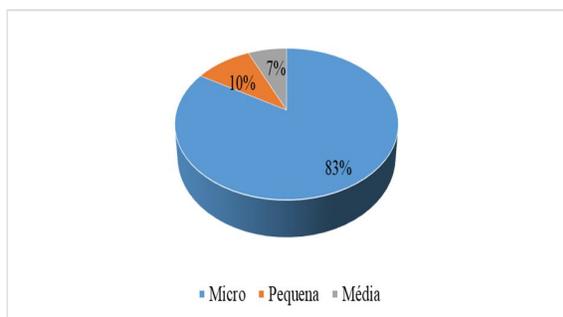


Figura 3: Peso das MPMEs no tecido empresarial local

É relevante destacar que, na província do Namibe, existem actualmente 553 empresas certificadas pelo INAPEM. É importante salientar ainda que este número não inclui as empresas que operam no sector informal. Das 553 empresas certificadas, as microempresas representam uma parcela significativa de 83%, seguidas pelas pequenas empresas, com 10%, e as médias empresas, com 7%. Este dado ressalta a predominância das micro empresas na província, refletindo a estrutura empresarial local e sua distribuição por porte.

A predominância de microempresas no Namibe impulsiona o dinamismo económico e a geração de empregos, mas enfrenta desafios de escala e acesso a recursos, afectando a competitividade. No entanto, essas empresas promovem inovação e diversificação, destacando a necessidade de políticas para seu crescimento sustentável e contribuição ao desenvolvimento económico local.

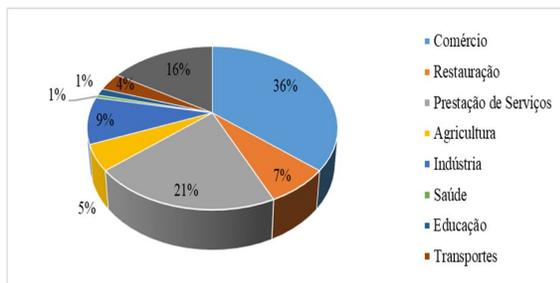


Figura 4: Distribuição das MPMEs por sector de actividade económica

Os dados da Figura 4 revelam que o sector de comércio é o mais dominante entre as MPMEs, representando 36% do total. Isso sugere uma

economia com uma forte ênfase no comércio de bens e produtos. Em segundo lugar, encontra-se o sector de prestação de serviços, com 21%, indicando uma presença significativa de negócios voltados para serviços como consultoria, turismo, entre outros. Notavelmente, a agricultura, que tradicionalmente desempenha um papel importante em muitas economias, tem uma participação relativamente baixa, representando apenas 5%. Isso pode indicar possíveis áreas de desenvolvimento ou investimento para promover a segurança alimentar e o crescimento económico sustentável. Sectores como pescas, restauração e indústria também têm presenças significativas, enquanto saúde, educação e transportes têm participações menores. Essa distribuição destaca a diversidade económica da província, mas também sugere áreas potenciais para foco e desenvolvimento futuro.

A predominância de MPMEs nos sectores de comércio, serviços e pesca sugere uma economia orientada para o comércio e prestação de serviços. Isso pode indicar um mercado interno forte e uma base de consumidores activa, incentivando o crescimento de pequenos negócios voltados para atender às necessidades locais. No entanto, uma presença relativamente baixa de MPMEs nos sectores agrícola, industrial e tecnológico pode indicar oportunidades de crescimento não exploradas nessas áreas. Isso pode sugerir a necessidade de políticas que incentivem o empreendedorismo e o investimento nessas indústrias, visando diversificar a base económica e promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

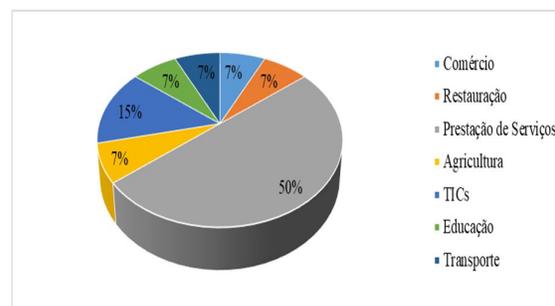


Figura 5: Distribuição das startups³ por sector

A análise e interpretação da Figura 5 revelam a distribuição das startups por sector económico. O sector de prestação de serviços se destaca significativamente, representando metade (50%) das startups identificadas. Isso sugere um ambiente empreendedor voltado para soluções baseadas em serviços, como consultoria, tecnologia da informação e comunicação (TICs), entre outros. Notavelmente, as TICs representam uma parcela considerável das startups, com 15%, indicando um interesse crescente em inovações

tecnológicas e digitais. Sectores como comércio, restauração, agricultura, educação e transporte têm participações iguais, cada um representando 7% das startups. Isso indica uma certa diversidade nas áreas de interesse empreendedor, abrangendo desde o comércio e serviços de alimentação até soluções agrícolas e educacionais. No entanto, é importante notar que, embora os sectores estejam representados, as startups parecem ter uma concentração particular em serviços e tecnologia, refletindo talvez as tendências de mercado e as oportunidades percebidas pelos empreendedores a nível local.

Tabela 3: Apoios institucionais concedidos pelo INAPEM

Startups	Incubadoras	Projectos e financiamentos	Consultoria
14	01	94	4

Os dados da figura 6 revelam os diferentes tipos de apoios institucionais concedidos pelo INAPEM na forma de *startups*, incubadoras, projectos e financiamentos, e consultoria. Os dados mostram uma distribuição assimétrica, destacando um foco significativo em projectos e financiamentos, com um total de 94. Isso sugere que o INAPEM está fortemente envolvido no financiamento e suporte a projectos empresariais e iniciativas empreendedoras na província. Em contraste, o número de *startups* é relativamente menor, com 14, o que pode indicar um ambiente ainda em desenvolvimento para *startups* ou talvez

um foco maior em projectos estabelecidos. A presença de apenas uma incubadora sugere que há espaço para expansão e desenvolvimento de infraestrutura de suporte para *startups* e empreendedores iniciantes. Por fim, o número de consultorias concedidas, totalizando 4, sugere que o INAPEM também desempenha um papel na oferta de consultoria especializada para empresas, visando apoiar seu crescimento e desenvolvimento. Esses dados destacam o compromisso do INAPEM em fornecer uma variedade de apoios institucionais para impulsionar o desenvolvimento e o crescimento das pequenas e médias empresas no Namibe.

Tabela 4: Capacitação empresarial

Projectos do INAPEM			
Nosso saber	Mais cidadania	Cidadania fiscal	
06	105	30	
Projectos financiados			
Crescer digital	Envolver	AGROPRODESI (UNIAGRO)	PREI
0	16	0	1554

³ Uma *startup* é uma empresa recém-criada, geralmente de base tecnológica, que busca desenvolver um modelo de negócio inovador e escalável. Normalmente, as *startups* têm como característica distintiva a busca por soluções inovadoras

para problemas existentes no mercado, com o objectivo de oferecer produtos ou serviços disruptivos que possam gerar um alto crescimento em um curto período de tempo.

A análise da Figura 7 revela a distribuição de projectos do INAPEM bem como os projectos financiados. Notavelmente, a categoria “Mais cidadania” possui o maior número de projectos, totalizando 105, sugerindo um foco significativo em iniciativas que visam promover a orientação económica para jovens, na criação de negócios. Enquanto isso, “Cidadania fiscal” tem 30 projectos associados, indicando um esforço para promover a conscientização, literacia e a responsabilidade fiscal entre gestores de MPMEs, cooperativas, mulheres e jovens empreendedores.

Por outro lado, a categoria “Nosso saber” possui um número menor de projectos, totalizando 6. Embora possa indicar um foco relativamente menor nessa área, é importante considerar a qualidade das aulas de capacitação oferecidas pelo INAPEM e o seu impacto nos projectos.

Em relação aos projectos financiados, destaca-se o “PREI”, com 1554 financiamentos, sugerindo um compromisso significativo com a formalização das actividades informais. “Envolver” também mostra uma presença considerável, com 16 financiamentos, indicando um esforço para envolver a comunidade em iniciativas empresariais.

CONCLUSÃO

O estudo sobre as contribuições das políticas governamentais para o desenvolvimento MPMEs na província do Namibe, revela uma série de aspectos importantes sobre o ambiente empresarial local e o papel do governo na promoção do desenvolvimento económico sustentável. Ao analisar a situação actual das MPMEs na província e as políticas de apoio institucional implementadas, várias conclusões podem ser destacadas:

Primeiramente, a predominância das microempresas na economia local ressalta sua importância como impulsionadoras do crescimento económico e da geração de empregos. No entanto, essas empresas enfrentam desafios como limitações de escala e acesso a recursos, o que pode afectar sua

competitividade a longo prazo. Portanto, políticas que incentivem o crescimento sustentável das MPMEs, como acesso facilitado ao financiamento e capacitação empresarial, são essenciais para promover seu desenvolvimento.

Além disso, a análise da distribuição das MPMEs por sector de actividade económica revela uma economia local com uma forte ênfase no comércio e prestação de serviços. Enquanto isso pode indicar um mercado interno forte e diversificado, também ressalta a necessidade de diversificação económica em sectores como agricultura, indústria e tecnologia para promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

As políticas de apoio institucional, implementadas pelo INAPEM e outras entidades governamentais, desempenham um papel crucial no fornecimento de suporte financeiro, consultoria e capacitação para as MPMEs. No entanto, é importante garantir uma distribuição equitativa desses apoios e uma abordagem abrangente que aborde as necessidades específicas de diferentes tipos de empresas e empreendedores.

Em suma, o estudo destaca a importância do envolvimento do governo na promoção de um ambiente de negócios favorável e na implementação de políticas de estímulo económico que atendam às necessidades das MPMEs na província do Namibe. Ao fortalecer o ecossistema empresarial local e promover o crescimento sustentável das empresas, o governo pode contribuir significativamente para o desenvolvimento económico e social da província e do país como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGT. (2020). *Manual de apoio as micro, pequenas e médias empresas*. AGT.
- FGC. (15 de Março de 2024). *Fundo de Garantia de Crédito*. Retrieved 15 de Março de 2024, from

de Sousa, J., Kanica, A. S., Dungula, S. C., & Kuzissa, B. (2024). *Contribuições das políticas governamentais para o desenvolvimento das MPMEs na Província do Namibe.*

- https://www.fgc.gov.ao/content.aspx?id=2&menu=Sobre_o_FGC.
- GUE. (15 de Março de 2024). Retrieved 15 de Março de 2024, from Guiché Único da Empresa:
<https://gue.gov.ao/portal/quem-somos>.
- Hessels, & Parker, (2013). Constraints, internationalization and growth: A cross- country analysis of European . *Journal of World Business*, 1(48), 137-148.
- INAPEM. (15 de Março de 2024). *Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas*.
<https://www.inapem.gov.ao/servicos/certificacao>
- Jotwani, D. & Singh, S. (2016). *Impacto das Políticas Governamentais na Promoção do Ambiente Empreendedor entre as MEIs Exportadoras*.
<https://doi.org/10.21095/ajmr/2016/v9/i1/103772>
- Júnior, A. B., & Pisa, B. J. (2010). *Administrando Micro e Pequenas*. Elsevier Editora Ltda.
- Kassinda, J. De S. (2024). *Análise das implicações da Covid-19 na execução orçamental em Angola no período de 2020-2021*. RECIMA21 -Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675.6218, 5(8), e584224.
<https://doi.org/10.47820/recima21.v5i8.4224>.
- Lazio, R. (2015). *Os determinantes do financiamento bancário às PME portuguesas*. UP.
- Tchikete, J. B. (2017). *Competitividade Empresarial e Políticas Públicas*. IUL.